

Projeto político-pedagógico (PPP) e a gestão democrática no contexto das escolas da SEEDF

Political-pedagogical Project (PPP) and democratic management in the context of SEEDF schools



Milena Rosane da Silva *

Gisele Cristine da Silva Dantas **

Recebido em: 22 dez. 2023.
Aceito em: 28 fev. 2024.

Resumo: O presente estudo tem por objetivo analisar o processo de construção e implementação do Projeto Político-Pedagógico (PPP) e o papel da gestão democrática no contexto escolar das escolas da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF). Portanto, para subsidiar esse estudo foi necessário realizar uma pesquisa qualitativa com coleta de dados por meio de questionário no formato online, que possibilitou a realização de um levantamento a partir da contribuição de 39 profissionais da Educação Básica que, por meio de suas vivências cotidianas, apoiaram esse trabalho com dados a partir das suas percepções sobre como ocorre a construção, o planejamento e a efetivação do PPP nas escolas em que atuam. Ademais, somados a isso, foi realizada uma análise bibliográfica com aporte da Lei nº 9394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), da Constituição Federal de 1988, como também da Lei nº 4.751/2012, que versa sobre a Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público do Distrito Federal, seguindo as Orientações Pedagógicas (2010) que norteiam e regem o sistema de ensino da SEEDF. Em suma, os resultados apontam que os documentos que orientam as propostas pedagógicas da SEEDF buscam, de modo articulado, direcionar as ações a serem realizadas no contexto educacional, à medida que promovem as aprendizagens. Entretanto, revelam que essa organização apresenta fragilidades no que tange às articulações para a construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico das escolas da SEEDF. Indubitavelmente, faz-se necessário proposições para um repensar dessas práticas no contexto escolar.

Palavras-chave: Projeto Político-Pedagógico. Gestão Democrática. Contexto escolar.

Abstract: The present study aims to analyze the process of construction and implementation of the PPP Political-Pedagogical Project and the role of democratic management in the school context of schools of the State Department of Education of the Federal District (SEEDF). Therefore, to support this study it was necessary to carry out qualitative research with data collection through an online questionnaire, which made it possible to carry out a survey based on the contribution of 39 Basic Education professionals, who, through their everyday experiences, supported this work with data based on their perceptions about how the construction, planning and implementation of the PPP occurs in the schools in which they work. Furthermore, in addition to this, a bibliographical analysis was carried out with input from Law No. 9394/96, Law of Guidelines and Bases of National Education (LDBEN), the Federal Constitution of 1988, as well as Law nº 4.751/2012, which deals with the Democratic Management of the Public Education System of the Federal District, following the Pedagogical Guidelines (2010) that guide and govern the SEEDF education system. In short, the results indicate that the documents that guide SEEDF's pedagogical proposals seek, in an articulated way, to direct the actions to be carried out in the educational context, as they promote learning. However, they reveal that this organization presents weaknesses in terms of articulations for the collective construction of the Political-Pedagogical Project of SEEDF schools. Undoubtedly, propositions are needed to rethink these practices in the school context.

Keywords: Political-Pedagogical Project. Democratic management. School context.

* Milena Rosane da Silva é graduada em Letras/Literaturas pelo Instituto Superior de Educação Paulo Martins-ISPAM (2006-2009), tem pós-graduação lato sensu em Educação em e para os Direitos Humanos na Diversidade Cultural (2015), Especialista em Educação Básica e Direitos Humanos na Perspectiva Internacional (2022-2023) pela Universidade de Brasília (UnB). Professora da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF). Contato: milena.rosane@gmail.com.

** Gisele Cristine da Silva Dantas é professora formadora da rede educacional pública, psicóloga, mestre e doutora em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9005-4218>. Contato: dantasg@hotmail.com.

Introdução

Em todo o processo histórico da educação brasileira, é possível observar a necessidade de um direcionamento das ações pedagógicas no âmbito educacional, que traga para o cotidiano escolar práticas e ações que garantam a melhoria das condições do processo educativo, como também a busca pela participação e envolvimento da comunidade escolar no processo de tomadas de decisões nas escolas no momento da organização, planejamento, elaboração de objetivos e metas educacionais. Certamente, para isso, o gestor e o corpo de profissionais envolvidos neste processo têm a responsabilidade e o compromisso com a coletividade no exercício de suas responsabilidades no contexto escolar.

Neste sentido, é mister uma análise bibliográfica de autores que dialogam e estão alinhados nesse caminho acerca dos processos de democratização das escolas e que participam dos movimentos de reformas educacionais, de mudança da cultura e de práticas educativas escolares, tais como Anísio Teixeira, José Carlos Libâneo, Paulo Freire, Ilma Passos Veiga, entre outros. Porquanto, vale salientar que as reflexões estão fundamentadas nas contribuições desses autores, como também percorrem os caminhos das legislações e documentos vigentes da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) que constituem as perspectivas que organizam e norteiam, de modo geral, o sistema de ensino.

Com o propósito de analisar se as propostas pedagógicas atendem democraticamente seus objetivos, contamos também com as contribuições feitas pelos profissionais da educação básica. Dessa forma, é possível verificar se essas propostas pedagógicas atendem ao propósito da garantia da promoção de uma educação de qualidade nas escolas da SEEDF.

O papel das políticas públicas: contextualização

No Brasil, a década de 80 foi marcada por grandes transformações a nível político, social, cultural, econômico e também educacional. As transformações que ocorreram na área educacional promoveram a criação de políticas públicas que propuseram uma nova organização educacional, com vistas a um projeto educativo emancipatório como forma de oposição ao sistema de ensino vigente da época, que apenas reproduzia as desigualdades sociais, e para isso, foi necessário construir pedagogias contra-hegemônicas para a transformação dessa realidade, tanto no âmbito social quanto educacional, e que por esse motivo, ficaram conhecidas mundialmente.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, momento de redemocratização do país e um grande marco da democracia no Brasil, normatizou-se

como Lei Federal, em seu artigo 205, que “A educação como direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade” e, em seu artigo 206, inciso VI, resolve que o ensino será ministrado com base no princípio da gestão democrática do ensino público (Brasil, 1988). Ademais, no âmbito do Distrito Federal, em 7 de fevereiro de 2012, foi promulgada a Lei Distrital nº 4.751, que dispõe sobre a Gestão Democrática, cujo artigo 2º afirma que:

A gestão democrática da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, cuja finalidade é garantir a centralidade da escola no sistema e seu caráter público quanto ao financiamento, à gestão e à destinação, observará os seguintes princípios:

I – Participação da comunidade escolar na definição e na implementação de decisões pedagógicas, administrativas e financeiras, por meio de órgãos colegiados, e na eleição de diretor e vice-diretor da unidade escolar;

II – Respeito à pluralidade, à diversidade, ao caráter laico da escola pública e aos direitos humanos em todas as instâncias da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal;

III – Autonomia das unidades escolares, nos termos da legislação, nos aspectos pedagógicos, administrativos e de gestão financeira;

IV – Transparência da gestão da Rede Pública de Ensino, em todos os seus níveis, nos aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros;

V – Garantia de qualidade social, traduzida pela busca constante do pleno desenvolvimento da pessoa, do preparo para o exercício da cidadania e da qualificação para o trabalho;

VI – Democratização das relações pedagógicas e de trabalho e criação de ambiente seguro e propício ao aprendizado e à construção do conhecimento;

VII – Valorização do profissional da educação (Distrito Federal, 2012).

Logo, a Lei de Gestão Democrática é tida como resultado da reação às políticas de centralização, segundo as quais a educação deveria apenas seguir a uma legislação, assim, passa a assegurar a participação e o envolvimento da comunidade escolar no processo de tomada de decisões e na organização escolar, deixando claro seus objetivos e metas, o funcionamento e a dinâmica organizacional, e uma maior aproximação dos professores, servidores, pais e estudantes.

Após todos os desafios enfrentados e por meio de muitos esforços, houve a mudança do cenário na educação que passou a se consolidar como um importante instrumento de transformação social, concretizando nas escolas uma autonomia na gestão que traz uma pauta frequente e necessária para o contexto escolar.

Ademais, Freire (2002) provoca uma reflexão sobre a importância da participação nas tomadas de decisões e sobre a responsabilidade social frente à escola:

Tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir este país democraticamente [...] (Freire, 2002, p. 7).

Em suma, o autor nos faz ponderar sobre a responsabilidade que os agentes/comunidade escolar têm ao compartilhar valores que façam sentido para o desenvolvimento do sentimento de pertencer e transformar o contexto escolar. É necessário que cada escola busque formas reais de participação da comunidade escolar neste processo.

Como resultado dessas transformações no âmbito educacional, a partir da década de 1990, o Projeto Político-Pedagógico (PPP) teve o seu caminho delineado com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9.394/1996, que instituiu a normatização da criação dos PPP nas instituições educacionais, possibilitando a sua elaboração e a execução de projetos político-pedagógicos pelas instituições de ensino, reforçando assim, a importância da autonomia das escolas e a necessidade de uma construção coletiva e democrática com a participação de todos os envolvidos neste processo educacional.

Os autores Libâneo, Oliveira e Toschi (2012, p. 178) afirmam que “o projeto político-pedagógico (PPP) é proposto com o objetivo de descentralizar e democratizar a tomada de decisões pedagógicas, jurídicas e organizacionais na escola, buscando maior participação dos agentes escolares”, ou seja, apoiam e dão ênfase na importância da participação de todos os envolvidos nesse processo de construção pedagógica.

A Lei Distrital nº 4.751, de 7 de fevereiro de 2012, trata sobre a Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público do Distrito Federal, dando autonomia pedagógica para escolas construírem suas propostas. Em seu artigo 4º, delega aos gestores escolares essa autonomia, estabelecendo que:

Cada unidade escolar formulará e implementará seu projeto político-pedagógico, em consonância com as políticas educacionais vigentes e as normas e diretrizes da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

Parágrafo único. Cabe à unidade escolar, considerada a sua identidade e de sua comunidade escolar, articular o projeto político-pedagógico com os planos nacional e distrital de educação (Distrito Federal, 2012).

Como resultado, o Projeto Político-Pedagógico tornou-se um instrumento que reflete toda essa proposta educacional, sendo também uma ferramenta pela qual cada escola pode e deve tomar decisões

colaborativamente, tornando-o a sua identidade formada e construída por todos os que fazem parte desse contexto educacional. Em consonância a esta proposta, Guzzo e Sant’Ana (2016) citam em seu artigo os aspectos sobre essa construção:

Ademais, a construção coletiva do projeto político-pedagógico, dentro de um contexto da gestão e participação democrática, exige, dentre vários aspectos: (a) o envolvimento e a vontade política da comunidade escolar na direção dos ideais pedagógicos, visando romper com individualismos e estabelecer movimentos de parceria e diálogo; (b) o conhecimento da realidade escolar a partir de um diagnóstico atualizado que contribua com a busca de soluções para os problemas encontrados; (c) a formação continuada da equipe docente, técnica e funcionários da escola; e (d) a clarificação constante das bases teóricas que fornecem subsídios à revisão e à dinamização da prática pedagógica nos diferentes níveis: metodologia, avaliação, currículo, entre outros (Guzzo; Sant’Ana *apud* Bussmann, 1995, Malavazi, 1995, p. 195).

Pensando nisso, e a partir das reflexões acerca da gestão democrática e sobre o processo de construção da proposta pedagógica das escolas envolvidas nesta pesquisa, é necessário analisar se a partir dessas informações, esse caminho é percorrido na dinâmica das escolas e se, nos contextos educacionais, as propostas pedagógicas atingem seus objetivos, garantindo a qualidade no ensino ofertado, e se há também o envolvimento de todos os participantes nesse processo educacional e nas tomadas de decisões.

Isto posto, faz-se necessário analisar os resultados da pesquisa, para verificar se nas interações cotidianas, na rotina escolar, na organização educacional e nos espaços sociais das escolas da SEEDF, é possível perceber a intencionalidade nas práticas pedagógicas, na realização do planejamento pedagógico, revisão, ressignificação de objetivos e projetos, e se há um movimento articulado e pedagógico de ação-reflexão-ação nesta construção, e como acontece o envolvimento e a participação dos profissionais quando se fala em PPP nas escolas.

Da orientação/normatização à sistematização dos Projetos Políticos-Pedagógicos na SEEDF

O objetivo da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) é contribuir para que o PPP seja construído coletivamente, fomentando as propostas que são diversas pela especificidade de cada escola. A expectativa é de que esses processos ocorram com ampla participação dos profissionais da educação, estudantes, equipes pedagógicas e gestoras, pais, mães, responsáveis e conselhos escolares na tomada de decisões, na definição dos rumos da escola (Distrito Federal, 2014, p. 9).

É necessário reconhecer que as Orientações Pedagógicas subsidiam a elaboração dos PPPs nas escolas do DF, visam propor uma discussão acerca da análise da função social da escola, apresentam um diálogo com o diagnóstico da realidade escolar e buscam refletir sobre os diferentes papéis profissionais que são exercidos dentro da escola. Por conseguinte, as legislações vigentes reforçam o papel da gestão democrática, que apoiados nas teorias educacionais visam chamar a atenção para a responsabilidade do gestor escolar em assegurar a implementação da gestão democrática como caminho possível que viabiliza a construção coletiva do projeto político-pedagógico das escolas.

Para tanto, é necessário oportunizar a participação de todos nesse processo de construção em que precisam ser analisados, compreendidos, socializados e compartilhados por todos os envolvidos no processo educacional, desde a sua elaboração, implementação, como também na sua avaliação. Para isso, as Orientações Pedagógicas da SEEDF definem um planejamento preliminar com as seguintes perspectivas:

Primeiro Movimento: Diagnóstico da escola e de seu território onde são realizados o diagnóstico e a análise da escola (e de seu território geográfico), sócio-histórico e cultural e da comunidade na qual está inserida;

Segundo Movimento: as concepções que fundamentam as práticas pedagógicas e administrativas na escola, neste movimento, discutiremos as visões do grupo sobre educação e as bases teórico-filosóficas do Projeto Político-Pedagógico da Escola. *Terceiro Movimento:* discussão e elaboração do Plano de Ação, neste terceiro movimento, a Escola elaborará o Plano de Ação para explicitar objetivamente como pretende alcançar os objetivos propostos e resolver as questões apresentadas no movimento de diagnóstico da realidade escolar (Distrito Federal, 2014, p. 21).

Desse modo, esses *movimentos* mostram o interesse da SEEDF em orientar essa construção delineando caminhos possíveis para a concretização do PPP, o qual será possível verificar pelas perspectivas dos profissionais, se na prática das escolas participantes desta pesquisa, permeiam ações e decisões coletivas na proposta pedagógica.

Conseqüentemente a isso, é necessário que a organização das instituições de ensino leve em conta, além das normas legais, a estrutura organizacional definida pelos órgãos oficiais e as relações e vivências escolares. Por esse motivo, é necessária uma construção coletiva e conjunta para a elaboração, para o planejamento de ações, e para a realização da avaliação do projeto político-pedagógico, alicerçados na gestão democrática com a participação ativa e efetiva da comunidade escolar. É imprescindível considerar o contexto real de cada instituição educacional.

Como resultado, é necessário o planejamento de ações coordenadas, com objetivos claros que conciliam os interesses coletivos e pedagógicos garantindo a participação de todos os envolvidos nesse processo educacional. Só assim esse envolvimento provocado pela participação da comunidade escolar pode agregar na democratização da gestão e na melhoria da qualidade do ensino.

Metodologia

Este estudo tem como apoio uma abordagem qualitativa, segundo Flick (2009):

A pesquisa qualitativa usa o texto como material empírico, parte da noção da construção social das realidades em estudo, está interessada nas perspectivas dos participantes, em suas práticas no dia a dia e em seu conhecimento cotidiano relativo à questão em estudo (Flick, 2009, p. 16).

Essa abordagem qualitativa, somadas às contribuições da pesquisa bibliográfica, com referenciais teóricos e documentos norteadores do trabalho pedagógico, analisa como a proposta pedagógica das escolas são elaboradas e implementadas pedagogicamente, e como se dá o envolvimento dos participantes nesse processo.

Ao longo desse trabalho e de sua estruturação, incluiu-se a aplicação do questionário para coleta de dados. Para isso, foi necessário o envio do formulário *online* para professores e profissionais da Educação Básica de algumas escolas da SEEDF, além de utilizar perguntas estruturadas neste formulário, trouxe também em seu texto informações aos participantes sobre os objetivos dessa pesquisa, embasada nas legislações vigentes que orientam e norteiam o trabalho pedagógico das escolas.

Dessa forma, conseguimos situar os participantes e convidá-los a responder o formulário *online* com o objetivo de coletar dados para essa pesquisa, que buscou analisar a percepção desses profissionais a respeito da construção, planejamento e a efetivação do projeto político-pedagógico (PPP) nas escolas em que atuam; e verificar também, se os participantes percebem no contexto escolar o estabelecimento de um espaço de vivências democráticas.

A coleta de dados foi aplicada durante dois meses (abril a junho de 2023), referente a um trabalho do Curso de Especialização em Educação Básica e Direitos Humanos na Perspectiva Internacional realizada na Universidade de Brasília (UnB). Os formulários foram enviados aos professores de escolas da SEEDF, grupos de cursistas da especialização na UnB e grupos de profissionais da Educação Básica.

Durante toda essa etapa, as perguntas envolviam questões que visavam verificar se estes profissionais observam, a partir de suas experiências e vivências, uma organização pedagógica na escola em que atuam baseadas na gestão democrática e nas orientações da Rede de Ensino do DF, e se o PPP é um documento produzido colaborativa e coletivamente.

Como resultado dessa coleta de dados, obtivemos uma amostra total de 39 questionários respondidos por profissionais da educação da SEEDF, sendo 34 profissionais da Carreira Magistério Público do Distrito Federal e cinco profissionais da Carreira de Políticas Públicas de Gestão Educacional (PPGE), com um total de 27 escolas da SEEDF alcançadas, distribuídas em seis Coordenações Regionais de Ensino (CRE's).

Apresentação, análise dos resultados e perspectivas dos profissionais da educação básica da SEEDF

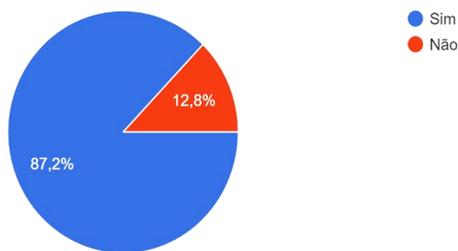
Para ilustrar essa coleta de dados, foi utilizado o uso de gráficos em setores (comumente chamado de gráfico de pizza) e um gráfico em barras, estruturas visuais que trazem para esse estudo informações e dados acerca das experiências e das vivências dos profissionais da educação básica, convidados a participar dessa pesquisa com suas contribuições. Foram utilizados gráficos, pois eles resumem as informações, o que facilita a leitura e interpretação dos dados, além de ajudar a relacionar as informações com os conhecimentos adquiridos.

Por conseguinte, apresentamos a seguir a síntese dos gráficos, nos quais foi possível verificar e analisar alguns contextos das escolas de educação básica nas perspectivas dos profissionais que ali atuam. O questionário teve início com pergunta do Gráfico 1: Os profissionais da educação envolvidos na pesquisa conheciam ou já tinham lido o PPP da escola em que trabalham?

Com efeito, temos um resultado positivo, considerando que 34 das 39 respostas, que são referentes a 87,2% delas, responderam que conhecem ou já tinham lido o Projeto Político-Pedagógico da escola onde

Gráfico 1. Percepção dos profissionais sobre o PPP

1) Você conhece ou já leu o Projeto Político-Pedagógico da sua escola?
39 respostas



Fonte: Autoria própria.

atuavam. Vale ressaltar que se há envolvimento, conhecimento e reflexão nas práticas pedagógicas, os profissionais sentirão maior valorização em seu trabalho realizado nas unidades escolares. Moura (2003) faz referência à formação e à importância da participação do professor nos projetos pedagógicos das escolas:

A formação do professor ao construir o projeto da escola passa pela construção de uma linguagem comum, movida por um objetivo de construir significativamente o conjunto de saberes que o projeto pretende desenvolver para a formação de seus alunos. (...) As nossas premissas sobre a formação do professor são que, ao interagir com outros sujeitos, ao ter que organizar suas ações pedagógicas, ele vai adquirindo novas qualidades que nos permitem afirmar que há um movimento na sua formação que vai de um ponto de menor qualidade a outro de maior qualidade no que poderíamos chamar de escala de formação. (...) O projeto é o elemento mobilizador. É ele que harmoniza o conjunto de ações dos indivíduos com a necessidade do coletivo numa comunidade escolar (Moura, 2003, p. 140-144).

Nota-se também que o gráfico apresenta 5 das 39 respostas, que são referentes a 12,8% dos resultados desse levantamento, que indica que esse percentual dos profissionais *não conheciam* o PPP da escola em que trabalham. Percebemos, então, uma fragilidade na implementação da proposta pedagógica que alcance a todos os envolvidos no processo educacional. Pretendemos com isso mostrar que quando a construção dos projetos pedagógicos é feita com a participação de toda a comunidade escolar, gera-se uma maior consciência acerca da fundamentação teórica e de seus objetivos quanto ao processo pedagógico. Dessa forma, observamos que, nesse ponto, é necessário refletir sobre a falta de conhecimento ou até mesmo de engajamento de alguns profissionais na construção do PPP.

Entretanto, será necessário fortalecer ações que visem contribuir para a superação dessas dificuldades vivenciadas, soluções como levantamentos e diagnósticos para que se identifique essas fragilidades e sejam sanadas em coletivo. Assim, para que essa problemática se torne o centro das discussões pedagógicas e ganhe um lugar de reflexões nas práticas e ações escolares, se tornando um projeto com bases realistas e uma produção colaborativa. É importante ressaltar a que a LDBEN nº 9394/1996, em seus artigos 12, 13 e 14, apresenta respectivamente:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: I – elaborar e executar sua proposta pedagógica;

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de: I – participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; II – elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (Brasil, 1996).

Com efeito, partimos da compreensão das exigências legais que contemplam a normatização dos sistemas de ensino, que preveem de modo articulado a sistematização do ensino, de modo a formar a base de todo o trabalho pedagógico escolar atribuindo a cada um a responsabilidade de priorizar e atender a comunidade local para que possam atingir os objetivos e metas a serem alcançadas nas propostas dos PPPs elaborados coletivamente nas escolas. Segundo Libâneo, Oliveira e Toschi (2012):

Os professores, além de terem a responsabilidade de dirigir uma classe, são membros de uma equipe de trabalho em que discutem, tomam decisões e definem formas de ação, de modo que a estrutura e os procedimentos da organização e da gestão sejam construídos conjuntamente pelos que atuam na escola como professores, diretores, coordenadores, funcionários, alunos (Libâneo; Oliveira; Toschi, 2012, p. 408).

Dessa maneira, acreditamos que criar espaços permanentes de formações, estudos e reflexões pode envolver esses profissionais, criando uma conscientização e valorização na realização do trabalho pedagógico, fazendo com que esses profissionais se sintam pertencentes ao processo de construção de projetos pedagógicos, se reconhecendo como instrumento de mudança da realidade vivenciada na escola que atuam e criando um ambiente de trabalho democrático e cooperativo.

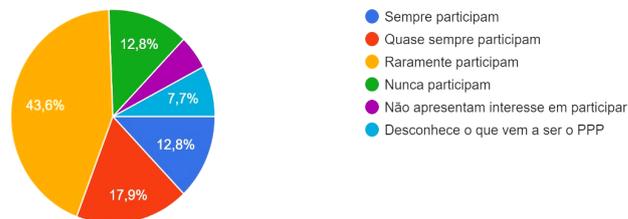
Além disso, buscamos, com a pergunta do Gráfico 2, verificar qual é o nível de participação da comunidade escolar, a partir do seguinte questionamento: “Qual seria o nível de envolvimento da comunidade escolar, referente à participação na elaboração do PPP?”

Conforme os dados do gráfico indicam, em relação à participação da comunidade escolar na elaboração do PPP, o gráfico demonstra que é necessário um esclarecimento maior sobre o que vem a ser o PPP e mostra a necessidade do estabelecimento de uma ligação maior da escola com a comunidade. Com efeito, para mitigar esse impasse, medidas precisam ser tomadas para resolução dessa falha, como, por exemplo, a divulgação das informações da escola, o que é tido como um canal que pode ajudar a sanar essa falta de comunicação, podendo assim ser realizadas por meio da convocação

Gráfico 2. Nível de envolvimento da comunidade escolar com o PPP

6) Quanto a PARTICIPAÇÃO da Comunidade Escolar na elaboração do Projeto Político-Pedagógico da sua escola você diria que:

39 respostas



Fonte: Autoria própria.

da comunidade escolar para participação em reuniões, por meio de oferta de plenárias, eventos, formações, deliberações e discussões administrativas e pedagógicas que despertem o interesse da comunidade. Assim, busca-se uma cooperação das redes de serviços e apoios externos que podem ajudar a criar vínculos mais estreitos com a comunidade e incentivar a participação sistemática com vistas a garantir o interesse coletivo que irá refletir nas aprendizagens em sua integralidade.

Outrossim, os referenciais teóricos apontam como fragilidade dessas dificuldades a motivação e o interesse dos profissionais da educação, no que se refere à participação na construção identitária das escolas. Dessa forma, é fundamental trazer a importância do papel do gestor escolar, que precisa fazer essa articulação e reforçar a necessidade do envolvimento desses profissionais como apontam Libâneo, Oliveira e Toschi (2012):

São propostos os seguintes princípios da concepção de gestão escolar democrático-participativa: autonomia da escola e da comunidade educativa; relação orgânica entre a direção e a participação dos membros da equipe escolar; envolvimento da comunidade no processo escolar; planejamento de atividades; formação continuada para o desenvolvimento pessoal e profissional dos integrantes da comunidade escolar; utilização de informações concretas e análise de cada problema em seus múltiplos aspectos, com ampla democratização das informações; avaliação compartilhada; relações humanas produtivas e criativas assentadas em uma busca de objetivos comuns (Libâneo; Oliveira; Toschi, 2012, p. 456).

Isto posto, analisaremos a Tabela 1, que mostra a percepção dos profissionais da educação em relação ao contexto escolar em que participam. E a partir dessa análise das informações obtidas, verificaremos por meio dos dados coletados a representação das experiências individuais de cada participante com suas impressões a respeito da efetivação do PPP nas escolas em que atuam, trazendo para esse estudo uma visão global na qual será possível entender/perceber, se na prática escolar, essa estruturação ocorre como atividade recorrente no âmbito escolar.

Tabela 1. Momentos em que é observado a efetivação do PPP no contexto escolar

PERGUNTA: Em relação às práticas pedagógicas referente a efetivação do PPP, em quais momentos você consegue perceber essas práticas? <i>(Nesta pergunta do questionário, foi possível marcar mais de uma alternativa).</i>	Respostas
<i>Observa-se no momento da semana pedagógica</i>	29
<i>Nas reuniões pedagógicas e ou coletivas semanais</i>	28
<i>No momento da organização pedagógica (funcionamento da escola)</i>	25
<i>Na proposição de eventos da escola para a comunidade escolar</i>	21
<i>Quando são elaborados e realizados projetos para atendimento dos estudantes</i>	19
<i>Quando a equipe gestora toma decisões independente da participação dos profissionais da escola</i>	18
<i>No momento da avaliação institucional</i>	18
<i>No momento das reuniões de pais</i>	15
<i>Quando é ofertada formação para os profissionais</i>	14
<i>Em momentos coletivos ou na coordenação pedagógica</i>	9
<i>Na organização administrativa</i>	9
<i>Nas ações interventivas promovidas para os estudantes</i>	9
<i>Não observação da efetivação do PPP na escola</i>	0

Fonte: Autoria própria.

A partir dos resultados, constata-se que esses profissionais percebem a efetivação das propostas pedagógicas, porém verifica-se que não foi empregada nenhuma resposta para a questão sobre a *não observação da efetivação do PPP* nestas escolas. Com isso, infere-se que esses profissionais percebem a efetivação do projeto pedagógico da escola se constituindo nas ações pedagógicas diárias realizadas no contexto escolar, entretanto, como vimos nos resultados apresentados na Tabela 1, na prática, essa efetivação do PPP ocorre em momentos localizados e pontuais, mas não como um processo periódico, sempre presente e perceptível na dinâmica educacional.

É preciso repensar os caminhos que os sistemas de ensino, as políticas públicas e a gestão democrática no papel da equipe gestora das escolas da SEEDF precisam trilhar para que esse movimento aconteça habitualmente no processo educacional.

Cabe salientar que as escolas podem criar estratégias para desenvolver um espaço permanente e dialógico com seus profissionais e com a comunidade escolar, com momentos de reflexões, incentivo à formação continuada de todos os funcionários, socialização dos aportes teóricos que embasam os serviços prestados na unidade de ensino, construção coletiva da avaliação diagnóstica e participação de toda a comunidade escolar na avaliação institucional, criação de espaços articulados com planos de estudos e abertura da participação coletiva nos trabalhos realizados e nas proposições de ações e práticas educativas alinhadas ao PPP.

Em síntese, para esse engajamento, é necessária uma busca ativa para a participação da comunidade escolar, além de ser essencial pensar nas relações interpessoais, nas práticas solidárias e cidadãs, no pertencimento ao

coletivo, no estímulo à prática de avaliação, na importância do diálogo permanente na condução da proposta de implementação de ações, em momentos que demandam ações educativas para que não haja um distanciamento dos objetivos propostos para a implementação do PPP nas escolas.

Inegavelmente, tudo isso envolve um movimento de repensar as práticas, os pontos fortes, as fragilidades em cada realidade apresentada e o acompanhamento e a avaliação são indicadores que necessitam ser revisitados e replanejados para que possam se tornar mais satisfatórios. Cabe destacar também as respostas positivas dos profissionais quanto ao conhecimento, reconhecimento e a importância da sua participação frente às tomadas de decisões, o que traduz a intencionalidade no âmbito educacional e da gestão escolar

de algumas escolas na definição de princípios e ações para efetivação do PPP com vistas à democratização do ensino e com o resgate da importância da participação coletiva. Porém, constatamos a importância de destacar a pouca participação no âmbito da comunidade escolar na elaboração e construção do PPP, além do pouco envolvimento de alguns profissionais da educação.

Em conformidade a isso e por meio da avaliação, é importante analisar a ação-reflexão-ação do PPP, os percursos e caminhos feitos durante o ano letivo, verificar se os objetivos que foram propostos estão sendo alcançados, se é preciso ressignificar projetos, atendimentos, métodos, avaliar a aprendizagem, reavaliar as práticas, a participação e o envolvimento da comunidade escolar. Para tanto, as opiniões se apresentam bem variadas, demonstrando uma vulnerabilidade no processo de avaliação do PPP, como representado no Gráfico 2. Após essa análise dos dados coletados, é necessário trazer para essa reflexão os apontamentos feitos por Veiga (2001), um referencial a ser considerado uma vez que traz a importância da construção coletiva do PPP:

O Projeto Político-Pedagógico como um documento dinâmico, construído de forma coletiva e democrática, com a participação consciente e efetiva de todos os envolvidos na prática pedagógica, com vistas a organizar e orientar o trabalho escolar. Oportuniza aos envolvidos no processo a reflexão sobre a prática pedagógica, sendo de fundamental importância o comprometimento de todos nesse processo de construção e vivência do projeto (Veiga, 2001, p. 13).

Dessa forma, são desafios enfrentados cotidianamente na realidade das escolas e que precisam ser acolhidos para que a democratização do ensino seja alcançada

de forma plena pelas escolas. Para isso, é necessário realizar uma busca ativa desses sujeitos (comunidade escolar), o envolvimento e a participação de todos que fazem parte desse processo educacional nas escolas para um maior protagonismo social.

Essa pesquisa buscou analisar o contexto escolar a partir das percepções dos profissionais da educação, buscando caminhos para diminuir a distância entre a concepção do PPP em relação à gestão democrática e às práticas educativas de algumas escolas da SEEDF, e teve como objetivo principal a reflexão sobre como ocorre esse processo de elaboração, efetivação dessa proposta pedagógica (PPP) nas escolas e como acontece, na prática, a gestão democrática nas escolas participantes. A seguir, é apresentado algumas proposições de estratégias para a melhoria da qualidade do ensino ofertada aos estudantes das escolas públicas do Distrito Federal.

Proposições, caminhos, percursos possíveis

[...] poderá constituir-se uma escola democrática, onde as decisões são tomadas no coletivo, superando assim os grandes conflitos, eliminando relações competitivas, corporativas e autoritárias, diminuindo a fragmentação do trabalho, tornando-se monobloco que trabalha em uma única direção, saindo, portanto, de relações autoritárias e verticais para relações horizontais e dialógicas. É, com certeza, a forma mais viável de se conduzir o processo educativo (Gonçalves; Abdulmassih, 2001, p. 5).

Embora os dados relacionados à pesquisa oportunizem essa reflexão sobre a importância de se construir o PPP com a participação de toda comunidade escolar, é necessário considerar as orientações dos documentos da SEEDF, as legislações vigentes e os dados coletados relacionados à dinâmica do contexto educacional. Assim, buscou-se fazer uma análise com abordagem qualitativa para o alcance dos objetivos por meio desse percurso metodológico apoiado na coleta de dados, que aproxima a análise formal com a realidade experimentada nas escolas da SEEDF. Isso permite o diálogo da teoria com a prática, tornando a pesquisa um processo enriquecedor nos quais são possíveis a compreensão e a interpretação desses processos e a verificação de como acontecem, na prática, a partir da gestão democrática, a efetivação dos Projetos Político-Pedagógicos nas escolas.

Embasados nesta pesquisa, é possível pontuar algumas possibilidades e estratégias para que essa efetivação da proposta pedagógica seja uma construção coletiva colaborativa e democrática:

- Formação continuada e direcionada a todos os profissionais da educação referente ao conhecimento e ao fortalecimento do Projeto Político-Pedagógico das escolas da SEEDF;

- Tomar a avaliação institucional das escolas da SEEDF como instrumento imprescindível para o acompanhamento dos dados coletados e verificação dos pontos fortes e das fragilidades dos PPP nas escolas, delineando ações de intervenções que visem a melhoria da qualidade da educação ofertada aos estudantes;
- Compartilhamento de ações: conscientização do papel da gestão escolar e o incentivo e a valorização das suas práticas exitosas que refletem e traduzem em suas propostas e projetos escolares que visam práticas e ações educativas democráticas;
- Trabalho em equipe com grupos de trabalho (GT's) e encontros mensais: protagonismo da equipe gestora e dos profissionais das escolas para buscar entender as demandas, desafios e as dificuldades encontradas nessa construção compartilhada e colaborativa que é a proposta pedagógica das escolas;
- Momento de reflexão das práticas, para além da semana pedagógica e a importância da participação e da rediscussão, dentro do espaço escolar, das ações mais consistentes a respeito dessa construção coletiva do PPP, e embasadas no diagnóstico escolar, levantamento de dados da comunidade, com a organização de um cronograma de ações compartilhados a nível central da SEEDF, que envolva a todos nas dimensões da sua elaboração, planejamento, desenvolvimento e avaliação, para o acompanhamento e suporte das escolas da SEEDF;
- Escola como laboratório/ambiente de pesquisa científica: diminuir a distância das produções acadêmicas com a educação básica, promovendo, fomentando e ofertando oportunidades para que os profissionais da educação possam fazer trocas de experiências e também contribuir para a pesquisa científica com dados, participação em pesquisas com a universidade, com estudos e propostas para a resolução de problemas vivenciados dentro do contexto escolar para que a educação ofertada seja de qualidade e proporcione aos estudantes equidade;
- Promover plenárias com a comunidade escolar: oportunizar a participação da comunidade escolar, dar voz e vez a sua participação, apresentando suas reais necessidades e projetos; articular suas necessidades para o conhecimento de todos os envolvidos; para que o espaço da escola não se torne um local de transmissão de conhecimento e sim um espaço para a construção dessa aprendizagem da qual é uma demanda da atualidade com a participação ativa de todos que fazem parte de cada contexto escolar;

- Fomento: buscar aumentar o nível de conhecimento e consciência dos profissionais para reafirmar a sua função social e política nas escolas com o propósito de transformá-la, implementando um cronograma de ações com suporte e participação das CREs/Subsecretarias;
- Práticas: ação consciente e organizada da escola com a participação efetiva da comunidade escolar e com a reflexão coletiva em articulação com a escola, a família e a comunidade em parceria com as redes de apoio à educação (saúde, segurança, justiça, entre outros).

Não temos aqui uma receita pronta para o sucesso da implementação do projeto pedagógico das escolas, mas proposições que visam possibilitar às escolas delinear objetivos com demandas reais para elaboração dos seus PPP e a partir da análise do diagnóstico inicial, que engloba historicidade, a cultura e as necessidades sociais da comunidade escolar, e que partem dos resultados dos processos de interação com os profissionais da educação como gestores, professores, servidores, pais e estudantes possam construir reflexões compartilhadas para a elaboração do Projeto Político-Pedagógico para assim, realizar o acompanhamento das ações pedagógicas da escola. Gadotti (2001) coloca a importância do planejamento dessas ações:

O planejamento se constitui num processo de formação social, política e pedagógica. Os problemas da escola são problemas comuns e as soluções devem surgir do coletivo, através do diagnóstico preciso, de objetivos a serem alcançados, da discussão, da tomada de decisão, da execução e da avaliação coletiva. O processo é tão ou mais importante do que o plano de ação e as propostas que resultam desse processo (Gadotti, 2001, p. 1).

Provavelmente, para isso, a construção do projeto político-pedagógico deve partir de ações contínuas; passar pela democratização do processo de tomada de decisões e também pela implementação de um processo que contemple efetivamente a participação coletiva, formada pela análise de dados coletados a partir do diagnóstico da realidade escolar, pelas proposições de projetos, pelas análises de ideias baseadas nas sugestões trazidas pela comunidade escolar, e a partir de escolhas feitas por meio de consensos intermediados pela gestão escolar para essa construção.

Em suma, esse estudo traz em si uma reflexão sobre a prática cotidiana, fundamentada pelas políticas públicas que orientam e regem os percursos para a construção da proposta pedagógica das escolas no DF e apontam a necessidade do conhecimento e da participação dos profissionais da educação na elaboração e efetivação do PPP, mostrando como é fundamental ter

uma proposta pedagógica com seus princípios bem definidos, conhecidos e compreendidos para que se tornem uma prática educacional democrática e para que seus atores participem efetivamente para a melhoria da educação ofertada nas escolas. Ressaltamos ainda, que esse importante estudo requer, por parte dos profissionais da educação e todos os envolvidos no processo educacional, uma ampla reflexão sobre o tema.

Considerações finais

Como resultados buscamos verificar a participação dos profissionais e professores da educação básica na construção da proposta pedagógica nas escolas da SE-EDF em que atuam. Observamos nas análises e interpretações dos dados, a partir do embasamento teórico, que alguns elementos importantes no momento da construção do PPP apresentam fragilidades referentes à baixa participação da comunidade escolar durante o processo de construção/elaboração, execução e avaliação do PPP das escolas.

Esse fato se deve a muitos fatores que precisamos trazer para os espaços acadêmicos para subsidiar e dar apoio a ações pedagógicas para que esse processo de construção busque refletir, dentro das escolas, sobre o que produzimos como projetos pedagógicos. Buscar compreender onde e como podemos intervir, refletir para mudar realidades, traçar estratégias para alcançar os objetivos da escola que queremos, trazendo soluções para os problemas identificados no diagnóstico escolar e conjuntamente com a SEEDF refletir sobre esse processo de construção dos projetos pedagógicos escolares.

Certamente essa análise de dados nos permitiu perceber que atualmente, por meio das vivências dos profissionais envolvidos na pesquisa, a construção das propostas pedagógicas apresenta fragilidades, sejam elas pela falta de motivação dos profissionais, incentivo, direção e ou participação. Isso nos mostra a necessidade da conscientização desses profissionais e a participação da comunidade escolar em assumirem responsabilidades referentes à participação nas tomadas de decisões e posicionamentos frente aos projetos pedagógicos das escolas nas quais atuam e na comunidade em que participam. Além disso, torna-se necessário manter aberto esse diálogo com a comunidade escolar para que essa construção colaborativa aconteça.

Entretanto, a construção desse trabalho nos possibilitou visualizar os avanços e caminhos percorridos para a implementação de políticas públicas no âmbito educacional e a partir da fundamentação teórica, analisar algumas situações concretas por meio de uma ferramenta metodológica como questionário em formato de formulário online, que possibilitou uma aproximação com

a realidade experimentada por profissionais da educação nas escolas do DF em seu contexto de trabalho.

Em conclusão, esperamos que a partir da contribuição desse estudo, o processo de construção do PPP seja realizado democraticamente, de forma planejada e direcionado às reais necessidades dos estudantes e do contexto escolar em que estão inseridos. Por fim, vimos a necessidade de buscar maior envolvimento e participação da comunidade escolar, para que seja

possível construir coletivamente a identidade educacional da escola, com a mobilização de toda a comunidade, pois não se concebe a gestão democrática da escola sem que todos os envolvidos no processo educacional participem desse processo de construção. Só assim, serão alcançados os objetivos da gestão democrática com a efetiva participação da comunidade escolar, alicerçados na perspectiva educacional de formação cidadã e democrática. ■

Referências

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Senado Federal. Brasília/DF: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.
- BUSSMANN, Antônia Carvalho. O projeto político-pedagógico e a gestão da escola. *In*: VEIGA, Ilma Castro Alencastro (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 1995.
- DISTRITO FEDERAL. **Lei nº 4.751, de 7 de fevereiro de 2012**. Regulamenta a Gestão Democrática do Ensino Público do Distrito Federal. *In*: BRITO, Renato de Oliveira. **Gestão e Comunidade Escolar: ferramentas para a construção de uma escola diferente do comum**. Brasília: Liber Livro, 2013.
- DISTRITO FEDERAL. **Orientações Pedagógicas. Projeto Político-Pedagógico e Coordenação Pedagógica nas Escolas**. Brasília, 2014. Disponível em: https://www.educacao.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2021/07/orientacoes_pedagogicas.pdf. Acesso em: 26 out. 2022.
- FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Tradução de Roberto Cataldo. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- GADOTTI, Moacir. Projeto político-pedagógico da escola: fundamentos para sua realização. *In*: GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio (Orgs.). **Autonomia da escola: princípios e propostas**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- GONÇALVES, Gláucia Signorelli de Queiroz; ABDULMASSIH, Marília Beatriz Ferreira. Teorias: analisando olhares pontuais acerca da dificuldade de aprendizagem. **Revista Profissão Docente**, Uberaba, v. 1, n. 1, p. 36-46, jan./abr., 2001.
- LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. 10ª ed., São Paulo: Cortez, 2012.
- MALAVAZI, Maria Márcia Sigrist. **A construção de um projeto político pedagógico: registro e análise de uma experiência**. 1995. 327f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1995.
- MOURA, Manoel Oriosvaldo. O educador matemático na coletividade de formação. *In*: TIBALLI, Elianda Arantes; CHAVES, Sandramara Matias et al. **Concepções e práticas em formação de professores**. Goiânia: Alternativa; Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- SANT'ANA, Izabella Mendes; GUZZO, Raquel Souza Lobo. Psicologia escolar e Projeto Político-Pedagógico: análise de uma experiência. **Psicologia & Sociedade**, v. 28, p. 194-204, 2016.
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **As dimensões do projeto político-pedagógico**. Campinas: Papirus, 2001.